LEX ET CHARITAS A EUCARISTIA NO ORDENAMENTO JURÍDICO DA IGREJA

D. José Aparecido Gonçalves de Almeida
Bispo Auxiliar de Brasília

INTRODUÇÃO

A CENTRALIDADE DA PESSOA NA ORDEM JURÍDICO-ECLESIAL

O Concílio Vaticano II ensina que todos os fiéis, em virtude da incorporação a Cristo mediante o Batismo, tomam parte dos três múnus, ou funções, da Igreja: *munus docendi* (função de ensinar), *munus sanctificandi* (função de santificar) e *munus regendi* (função de governo ou de pastoreio)[1].

[1] Estas funções, cujo fundamento doutrinal se encontra no n.36 da Constituição sobre a Sagrada Liturgia *Sacrosanctum Concilium*, estão disciplinadas no Código de Direito Canônico. A função de ensinar se encontra regulada no Livro III do CDC e a função de santificar tem sua normativa exposta principalmente no Livro IV do mesmo Código. As normas referentes à função de governar estão tecnicamente distribuídas nos demais livros: Livros I, II, V, VI e VII. Em todo caso, toda a normativa canônica se orienta ao princípio informador e fim de toda a legislação eclesiástica: a *salus animarum* (can.1752).

O direito litúrgico-sacramental tem por objeto o múnus santificador da Igreja e, em particular, os bens espirituais representados pela Liturgia e pelos sacramentos, enquanto ao redor desses bens se estabelecem, no seio da Igreja, relações de justiça. Muito embora a vida na graça eficazmente produzida pela Liturgia e os sacramentos não sejam direito em sentido estrito, pois que decorrem da gratuidade do mistério Pascal, o acesso aos meios da graça e a relação que se estabelece entre ministros e demais fiéis são objeto de direito. Desse modo, o direito litúrgico-sacramental abraça a realidade litúrgico-sacramental na ótica das relações de justiça no seio da comunidade eclesial. Trata-se, portanto, de examinar os sacramentos e a Liturgia da Igreja *sub specie iusti*. Esta breve alusão ao direito litúrgico-sacramental, embora não ofereça uma definição dessa ciência nem trate de suas variadas fontes normativas, é suficiente para delimitar a perspectiva a partir da qual esta reflexão toma em consideração o "augustíssimo sacramento" da Eucaristia.

Se o Batismo nos insere na Igreja como membros do Corpo de Cristo em uma condição de igualdade fundamental, ao redor da Eucaristia se estabelecem entre os fiéis diferenças funcionais. Se o Batismo nos dá a todos uma participação efetiva no sacerdócio comum, a Eucaristia exige participação de alguns de nós no sacerdócio ministerial. A diferença é de essência, não só de grau, e coloca o sacerdote ministerial na condição de servo dos demais fiéis no que tange ao tríplice múnus e, no que nos diz respeito, em especial à função de santificar ou de dispensadores dos meios da graça. Nessa condição, o serviço dos sacerdotes ministeriais e dos demais ministros da Igreja é objeto de relações de estrita justiça, e não somente de caridade. Os sacerdotes, por vocação, por mandato e pela estrutura ministerial ínsita ao sacerdócio da nova Aliança, estão obrigados a servir o povo de Deus com os bens da salvação.

E o povo de Deus tem o direito de obter dos sacerdotes este serviço, sempre que o solicitem razoavelmente, não estejam impedidos pelo direito e estejam *rite dispositi.*

A nova ordem jurídica da Igreja não parte de um direito positivo fundado na mera vontade do Legislador ou na soberania do povo de Deus que se dá as próprias leis mediante um contrato social. Para melhor perceber os fundamentos do direito eclesial, vamos tomar em consideração a *Lectio Magistralis* que São João Paulo II pronunciou em 1996 no ato acadêmico em que a Universidade La Sapienza, de Roma, lhe conferiu a láurea de Doutor *Honoris Causa.* Nessa *Lectio*, ele reiterou uma afirmação anteriormente feita no Simpósio Internacional sobre *Evangelium vitae* e direito[2]: "O princípio que me orientou no meu compromisso é que a pessoa humana como foi criada por Deus é o fundamento e a finalidade da vida social, que o direito deve servir. Com efeito, 'a centralidade da pessoa humana no direito é expressa de maneira eficaz pelo aforismo clássico: *Hominum causa omne ius constitutum est.* Isto equivale a dizer que o direito é assim, se e na medida em que puser como seu fundamento o homem na sua verdade'"[3].

O mesmo Pontífice, referindo-se ao Direito Canônico, havia traduzido em chave teológica e eclesial o significado da *centralidade da pessoa no direito*: "Na realidade — disse ele —, a referência da norma canônica ao mistério da Igreja, desejada pelo Concílio Vaticano II (cf. Dec. *Optatam totius* 16), passa também através da via-mestra da pessoa, dos seus di-

[2] Simpósio celebrado nos dias 23-25 de maio de 1996, na Aula do Sínodo, no Vaticano, por ocasião do décimo aniversário da promulgação do Código de Direito Canônico.

[3] *Communicationes* 35 (2003), 27, Cf. *Discurso no Simpósio sobre* Evangelium vitae *e direito.* n.4. In: *Insegnamenti* XIX/1. 1996. p.1347.

reitos e deveres, tendo, sem dúvida, presente o bem comum da sociedade eclesial"[4].

A importância dessa afirmação como ponto de partida para tratar da Santíssima Eucaristia como objeto de relações de direitos e deveres na Igreja oferece a possibilidade de se evitar uma tratação fundada na norma meramente positiva ou de se confundir a norma canônica como simples vontade da autoridade que limita a liberdade dos fiéis. A partir dessa afirmação, já preanuncia que a normativa litúrgico-sacramental tem por fim a delimitação da esfera jurídica dos fiéis — das pessoas resgatadas por Cristo e incorporadas a Ele no Batismo — em relação ao Sacramento que é fundamento e cume da vida cristã: a Sagrada Eucaristia.

Nesse contexto, esta reflexão se aproximará do Mistério Eucarístico por três ângulos distintos. Em primeiro lugar, aludirei à natureza desse direito e das principais normas que tutelam a reta celebração e administração da Santíssima Eucaristia — dom inestimável de Deus aos homens — e, a seguir, as normas que — precisamente pela veneração devida a este excelso Sacramento — limitam, em determinadas circunstâncias pessoais, o direito dos fiéis a recebê-lo.

I. A EUCARISTIA: DOM INESTIMÁVEL E DIREITO DOS FIÉIS

Os fiéis têm o direito de receber dos sagrados Pastores os auxílios hauridos dos bens espirituais *da Igreja, sobretudo da Palavra de Deus e dos Sacramentos* (CIC, can.213; CCEO, can.16). A este direito fundamental de todos os fiéis, clérigos e

[4] Discurso aos participantes na Jornada Acadêmica "Vinte anos de experiência Canônica 1983-2003", Conselho Pontifício para os Textos Legislativos, 24 de janeiro de 2003. n.4: *Communicationes* 35 (2003), 5.

leigos, que é um direito público derivado da mesma condição de *persona in Ecclesia Christi* (cf. CIC, can.96), corresponde um dever da Hierarquia — obrigação de justiça, não só de caridade —, que o can.843 assim formula: *Os ministros sagrados não podem negar os sacramentos àqueles que oportunamente o pedirem, se estiverem devidamente dispostos e, pelo direito, não se encontrem impedidos de recebê-los* (§ 1; cf. CCEO, can.381, § 2).

A esta formulação geral do *ius ad sacramenta*, o Legislador acrescentou especificamente o *ius ad sacram communionem*: *Qualquer batizado, que não esteja proibido pelo direito, pode e deve ser admitido à sagrada comunhão* (CIC, can.912). Sendo a Eucaristia o mais excelso de todos os sacramentos — porque nela não apenas se comunica a graça divina, mas também se recebe o próprio Autor da graça —, é compreensível que o direito universal da Igreja estabeleça uma série de normas, algumas já de direito divino, tanto para proteger e regular o exercício desse direito como também para limitá-lo, quando assim o exigem a veneração devida ao Corpo e ao Sangue de Cristo, a reta formação das consciências e o bem comum da sociedade eclesial.

Nesse sentido, compreende-se bem que o Concílio Vaticano II tenha feito esta afirmação tão peremptória: "Na Santíssima Eucaristia está contido todo o bem espiritual da Igreja"[5]. Com o vigor de seu amor à Eucaristia, São João Paulo II, na magnífica Encíclica *Ecclesia de Eucharistia*, assim comentava esta afirmação do 21° Concílio Ecumênico: *A Igreja recebeu a Eucaristia de Cristo seu Senhor, não como um dom, embora precioso, entre muitos outros, mas como o dom por excelência, porque dom d'Ele mesmo, da sua Pessoa na humanidade sagrada, e também da sua obra de salvação*[6]. Mais adiante, a mesma encíclica afirma

[5] Dec. *Presbyterorum ordinis*. n. 5.
[6] João Paulo II. Encíclica *Ecclesia de Eucharistia*. n.11.

a densidade escatológica da Eucaristia: *Quem se alimenta de Cristo na Eucaristia não precisa esperar o Além para receber a vida eterna: já a possui na terra, como primícias da plenitude futura [...]. De fato, na Eucaristia recebemos a garantia também da ressurreição do corpo no fim do mundo: "Quem come a minha carne e bebe o meu sangue tem a vida eterna e Eu ressuscitá-lo-ei no último dia" (Jo 6,54)*[7].

Até mesmo o Código de Direito Canônico — promulgado pelo mesmo São João Paulo II —, não obstante a sobriedade própria da linguagem jurídica, quis salientar a natureza e a excelência do Sacramento da Eucaristia. No cânon 897, que é como uma introdução teológica às normas sobre o Sacramento da Eucaristia, foram usados três verbos que podem guiar uma particular reflexão sobre a Eucaristia. Nele, lemos que nas espécies Eucarísticas *o próprio Senhor Jesus Cristo se* contém, *se* oferece *e se* recebe (*continetur, offertur ac sumitur*).

A partir destes três verbos, compreende-se bem que a Eucaristia é presença real de Cristo; de fato, nela se *contém* o próprio Cristo Nosso Senhor *vere, realiter ac substantialiter*[8] em Sua realidade humana e divina (Corpo, Sangue, Alma e Divindade); nela, se *oferece* ao Pai na Santa Missa, que perpetua ao longo dos séculos o Sacrifício da Cruz, e é *recebido* pelos fiéis na Comunhão Eucarística, no respeito às respectivas normas morais e canônicas. Na reflexão sobre a incidência jurídica dessas três palavras na legislação canônica, sigo quase à letra os escritos do Cardeal Julián Herranz, com quem tive a alegria de trabalhar ao longo de quinze anos no Pontifício Conselho para os Textos Legislativos.

---

[7] Encíclica *Ecclesia de Eucharistia*. n.18.

[8] Concilio Tridentino. Sess. XIII, 11 de outubro de 1551, cap.I, can.1 in *Dez-Sch.* n.1636 e 1651.

A. Eucaristia: Cristo presente

> *Et ecce ego vobiscum sum omnibus diebus usque ad consummationem saeculi — Eu estarei convosco todos os dias até o fim do mundo* (Mt 28,20).

O Texto-Base deste XVII Congresso Eucarístico Nacional, ao tratar da presença real de Jesus na Eucaristia (nº 5 do Primeiro Capítulo), assim se exprime: *Daí* — isto é, da fé na presença real do Senhor na Eucaristia — *nasce a prática do Culto Eucarístico fora da Santa Missa, diante do Senhor Sacramentado, presente no Tabernáculo, assim como a realização dos Congressos Eucarísticos e Procissões. As constantes visitas dos fiéis ao Santíssimo Sacramento são manifestações de um sólido colóquio com o Senhor, por séculos de piedade cultivado em todo o mundo.* Esta convicção de fé tem implicações pastorais com forte densidade na relação jurídica entre pastores e fiéis, sobretudo no que se refere aos direitos fundamentais. Por isso, é importante partir do dado de fé, para que a norma jurídica seja vista a partir de sua fonte.

Nós sabemos e cremos que Jesus Cristo está presente em Sua Igreja de muitas maneiras. O Concílio Vaticano II, na Constituição sobre a Liturgia *Sacrosanctum Concilium*, afirma: "Cristo está sempre presente na sua Igreja, sobretudo na ação litúrgica. Está presente no sacrifício da Missa, seja na pessoa do ministro, "oferecendo-se agora pelo ministério dos sacerdotes o mesmo que então se ofereceu na cruz", seja sobretudo debaixo das espécies eucarísticas" (n.7).

Com estas palavras, a Igreja reafirma uma verdade indiscutível: Cristo está presente *sobretudo sob as espécies Eucarísticas* (SC 7). Jesus Cristo mesmo no-lo ensinou quando

disse: "[...] *isto* é o meu corpo[...] *este é o meu sangue*" (Mc 14,22-24).

Não devemos jamais nos esquecer de que *a Eucaristia é a maior riqueza que a Igreja possui.* A Igreja não possui nada de maior para oferecer do que a Palavra e a Eucaristia, o Verbo feito carne, Jesus Cristo. Somente com a luz da Palavra (Sl 118) e com a força da Eucaristia — *panis angelorum factus cibus viatorum* (sequência da solenidade do *Corpus Domini*) — a humanidade pode ser sanada e retomar seu caminho como o paralítico da porta dita *Bella* milagrosamente curado por São Pedro (cf. At 3,6).

São João Paulo II ensinou na encíclica *Ecclesia de Eucharistia*: "A Eucaristia, presença salvífica de Jesus na comunidade dos fiéis e seu alimento espiritual, é o que de mais precioso pode ter a Igreja no seu caminho ao longo da história" (n.9). E Bento XVI reafirmou logo após ser eleito: "A Eucaristia *torna constantemente presente Cristo ressuscitado, que continua a oferecer-se a nós, chamando-nos a participar da mesa do seu Corpo e do seu Sangue*"[9].

Por ser presença real de Cristo, a Eucaristia deve ser adorada. A *adoração Eucarística* desde sempre recomendada a todos os fiéis, clérigos e leigos, como máxima expressão de contemplação e de amor ao Senhor, é o máximo tributo que se pode prestar ao Santíssimo Sacramento do altar.

No *Catecismo da Igreja Católica*, a tal propósito está escrito: "Pelo aprofundamento da fé na presença real de Cristo na sua Eucaristia, a Igreja tomou consciência do sentido da adoração silenciosa do Senhor, presente sob as espécies eucarísticas" (n.1379). Como lógica consequência dessa realidade de doutrina e de vida católica, o Legislador eclesiástico

[9] Bento XVI. *Primeira mensagem ao final da Concelebração Eucarística com los Cardeais Eleitores na Capela Sistina* . n.4. 20 abr. 2005.

estabeleceu também, em aplicação do Concílio Vaticano II, que todas as Igrejas em que está reservada a Eucaristia devem ficar abertas aos fiéis pelo menos algumas horas por dia, "para que eles possam consagrar algum tempo à oração diante do Santíssimo Sacramento" (can.937).

Lamentavelmente, e com razão, muitos fiéis se queixam de que em algumas dioceses ou cidades os templos estão quase sempre fechados ou até mesmo, graças a extravagâncias arquitetônicas, dificilmente se localizam os sacrários nas igrejas, porque estão confinados em áreas laterais ou remotos, ou em capelas separadas do templo e, não raro, até mesmo sem a *necessária* lâmpada (can.940; *perenniter luceat lampas*), que está prevista para indicar a augusta presença do Senhor naquele lugar.

São João Paulo II, na já citada encíclica *Ecclesia de Eucharistia*, ressaltou que: "há lugares onde se verifica um abandono quase completo do culto de adoração eucarística", e acrescentou: "a Eucaristia é *um dom demasiado grande para admitir ambiguidades e reduções*" (n.10); O *culto prestado à Eucaristia fora da Missa* é de um valor inestimável na vida da Igreja (n.25). E na Carta Apostólica *Mane nobiscum Domine*, exortava com veemência: "A presença de Jesus no sacrário deve constituir como que um polo de atração para um número cada vez maior de almas enamoradas d'Ele, capazes de permanecerem longamente a escutar a sua voz e, de certo modo, a sentir o palpitar do seu coração: 'Saboreai e vede como é bom o Senhor!' (Sl 34/33,9)" (n.18).

A nós sacerdotes, especialmente, gostaria de propor quase como um exame de consciência a seguinte consideração, fundada no Magistério e na disciplina sacramental da Igreja: meus irmãos, nem sempre é suficiente estabelecer tempos de adoração eucarística. São João Paulo II exorta

vivamente a uma conversão pastoral das nossas comunidades com palavras intensas: "As nossas comunidades, amados irmãos e irmãs, devem tornar-se *autênticas 'escolas' de oração*, onde o encontro com Cristo não se exprima apenas em pedidos de ajuda, mas também em ação de graças, louvor, adoração, contemplação, escuta, afetos de alma, até se chegar a um coração verdadeiramente 'apaixonado'. Uma oração intensa, mas sem afastar do compromisso na história: ao abrir o coração ao amor de Deus, aquela o abre também ao amor dos irmãos, tornando-nos capazes de construir a história segundo o desígnio de Deus"[10]. Mas São João Paulo II não deixa de advertir para o risco de um certo espiritualismo desencarnado: "há que rejeitar a tentação duma espiritualidade intimista e individualista, que dificilmente se coaduna com as exigências da caridade, com a lógica da encarnação"[11].

A experiência pastoral de São João Paulo II o aconselhou a reiterar em seu Magistério Supremo: *Compete aos Pastores, inclusive pelo testemunho pessoal, estimular o culto eucarístico, de modo particular as exposições do Santíssimo Sacramento e também as visitas de adoração a Cristo presente sob as espécies eucarísticas*[12]. Este conselho de pastor, ele já tinha consignado como norma juridicamente vinculante no Código de Direito Canônico, que estabelece: *Vele o Pároco por que a Santíssima Eucaristia seja o centro da assembleia paroquial dos fiéis; trabalhe para que os fiéis se alimentem pela devota celebração dos Sacramentos e que de modo especial se aproximem com frequência da Santíssima Eucaristia e da Penitência...* (can.528, § 2).

---

[10] *Novo Milennio ineunte.* n.33.
[11] *Novo Milennio ineunte.* n.52.
[12] Encíclica *Ecclesia de Eucharistia* n.25.

Esta norma canônica está na fonte da eficácia pastoral. Nesse sentido, não nos pode passar despercebida a insistência do papa Francisco sobre a urgência de uma conversão pastoral. Para tal, *a Igreja não pode dispensar o pulmão da oração, e alegra-me imenso que se multipliquem, em todas as instituições eclesiais, os grupos de oração, de intercessão, de leitura orante da Palavra, as adorações perpétuas da Eucaristia.* O papa Francisco tem insistido nos convites e na convocação, por exemplo, para as *Vinte e quatro horas para o Senhor.*

Sobre a adoração, é preciso acrescentar, enfim, que é necessário ajudar os fiéis a rezar e a permanecer em adoração diante do Senhor Sacramentado, não apenas com a pregação e o convite insistentes. O que ensina e convence é o exemplo de seus pastores, mestres de oração e guias da comunidade. Nesse sentido, entende-se por que o Santo Padre Francisco abre o seu coração em confidência tão íntima no nº 264 da *Evangelii Gaudium*: *Como é doce permanecer diante dum crucifixo ou de joelhos diante do Santíssimo Sacramento, e fazê-lo simplesmente para estar à frente dos seus olhos! Como nos faz bem deixar que Ele volte a tocar a nossa vida e nos envie para comunicar a sua vida nova! Sucede, então, que, em última análise, "o que nós vimos e ouvimos, isso anunciamos"* (1Jo 1,3).

B. A Eucaristia: Cristo oferecido

> *Quid retribuam Domino pro omnibus quae retribuit mihi? Calicem salutaris accipiam et nomen Domini invocabo* (Ps115,2-4).

O segundo ponto a considerar a propósito da Santíssima Eucaristia é a sua dimensão sacrificial. Efetivamente, a

Eucaristia não é somente presença real de Cristo, é também *oferta* (oblação) de Cristo ao Pai para a salvação do mundo.

Sempre, na encíclica *Ecclesia de Eucharistia* (n.11), lê-se que a celebração da Eucaristia "não é só a sua evocação, mas presença sacramental. É o sacrifício da cruz que se perpetua através dos séculos"[13]. No nº 1367 do *Catecismo da Igreja Católica*, diz-se incisivamente: "O sacrifício de Cristo e o sacrifício da Eucaristia são *um único sacrifício*"[14]. O mesmo Catecismo continua na esteira da doutrina retomando a afirmação dogmática do Concílio Tridentino: E porque *neste divino sacrifício, que se realiza na missa, aquele mesmo Cristo, que a Si mesmo Se ofereceu outrora de modo cruento sobre o altar da cruz, agora está contido e é imolado de modo incruento [...], este sacrifício é verdadeiramente propiciatório*[15].

Não foi em vão que Bento XVI quis recordar na Capela Sistina em sua primeira Mensagem: *O Sacerdócio ministerial nasceu no Cenáculo, juntamente com a Eucaristia, como muitas vezes realçou o meu venerado Predecessor João Paulo II. "A existência sacerdotal deve a título especial tomar forma eucarística", escreveu na sua última* Carta para a Quinta-Feira Santa *(n.1). Para esta finalidade, contribui antes de mais nada a devota celebração quotidiana da sua santa Missa, centro da vida e da missão de cada Sacerdote*[16].

---

[13] Cf. Concílio Vaticano II. Constituição *Sacrosanctum Concilium*. n. 47: "O nosso Salvador instituiu [...] o sacrifício eucarístico do Seu Corpo e do Seu Sangue para perpetuar pelo decorrer dos séculos, até Ele voltar, o sacrifício da cruz".

[14] Cf. Concílio de Trento. *Sess. 22ª, Doctrina de ss. Missae Sacrificio*, c. 2: DS 1743.

[15] Ibidem.

[16] Bento XVI. *Primeira mensagem no final da Concelebração Eucarística com os Cardeais Eleitores na Capela Sistina.*

É realmente necessário, especialmente para os sacerdotes, redescobrir cada dia o valor e o significado da celebração Eucarística, evitando que se reduza a um hábito frio e mecânico ou — Deus não o permita a nenhum sacerdote — a uma mera fonte econômica, pelas espórtulas recebidas em razão das intenções aplicadas ou pelas ofertas apresentadas pelos fiéis. O Legislador eclesiástico, precisamente para tutelar o significado e a disciplina das esmolas para a celebração da Santa Missa e prevenir eventuais abusos, emanou normas bem precisas nos cânones 945-958.

Mas no Código de Direito Canônico foram estabelecidas sobretudo normas precisas e claras para assegurar uma digna, lícita e frutuosa celebração e participação na Eucaristia. Nesse sentido, o Legislador e Supremo Pastor indica: a devida *preparação* pessoal para a celebração eucarística e o côngruo tempo de *ação de graças* (can.909); a celebração diária da Santa Missa, ordinariamente uma só (câns.904 e 905); o *jejum* Eucarístico (can.919); o *respeito às normas* que regulamentam os ritos, as cerimônias, os tempos e os espaços sagrados e, enfim, a digna *conservação e veneração da* Santíssima Eucaristia (câns.924-944).

A propósito da observância destas normas canônicas e litúrgicas, São João Paulo II havia escrito já a seu tempo: *Por isso, sinto o dever de fazer um veemente apelo para que as normas litúrgicas sejam observadas, com grande fidelidade, na celebração eucarística. Constituem uma expressão concreta da autêntica eclesialidade da Eucaristia; tal é o seu sentido mais profundo. A liturgia nunca é propriedade privada de alguém, nem do celebrante, nem da comunidade onde são celebrados os santos mistérios. O apóstolo Paulo teve de dirigir palavras* ásperas *à comunidade de Corinto pelas falhas graves na sua celebração eucarística, que tinham dado origem*

a divisões (skísmata) e à formação de facções (hairéseis) (cf. 1 Cor 11,17-34). Atualmente também deveria ser redescoberta e valorizada a obediência às normas litúrgicas como reflexo e testemunho da Igreja, uma e universal, que se torna presente em cada celebração da Eucaristia. O sacerdote, que celebra fielmente a Missa segundo as normas litúrgicas, e a comunidade, que a elas adere, demonstram de modo silencioso, mas expressivo, o seu amor à Igreja. Precisamente para reforçar este sentido profundo das normas litúrgicas, pedi aos Dicastérios competentes da Cúria Romana que preparem, sobre este tema de grande importância, um documento específico, incluindo também referências de caráter jurídico. A ninguém é permitido aviltar este mistério que está confiado às nossas mãos: é demasiado grande para que alguém possa permitir-se de tratá-lo a seu livre-arbítrio, não respeitando o seu caráter sagrado nem a sua dimensão universal[17].

O documento específico a que se refere o Papa foi depois preparado pela Congregação para o Culto Divino e a Disciplina dos Sacramentos, de acordo com a Congregação para a Doutrina da Fé e com a colaboração do Conselho Pontifício para os Textos Legislativos, publicado sob a forma de Instrução em 23 de abril de 2004, com o título: "*Redemptionis Sacramentum* sobre algumas coisas que se devem observar e evitar acerca da Santíssima Eucaristia".

A este propósito, não é demais refletir sobre o que escrevia um grande santo enamorado particularmente da Santíssima Eucaristia, Santo Afonso Maria de Liguori: "*antes de celebrar, o sacerdote pense que vai chamar do céu à terra o Verbo Encarnado, para tê-lo entre suas mãos, para sacrificá-lo de novo ao Pai Eterno e para nutrir-se de Suas carnes divinas*

[17] Encíclica *Ecclesia de Eucharistia*. n.52.

[...] ao ver o modo e o descuido com que celebram a Missa muitos sacerdotes, haveria verdadeiramente que chorar. [...] Palavras comidas, genuflexões mal feitas, bênçãos de cruz que não se sabe bem o que queiram significar; caminham pelo altar e se voltam de modo ridículo; manejam a hóstia e o cálice como se tivessem nas mãos um pedaço de pão e uma taça de vinho... Consideremos a grande ação que vamos realizar, quando vamos celebrar a Missa, e o grande tesouro de mérito que adquiriremos celebrando-a devotamente"[18].

São João Paulo II, como que fazendo eco a estas palavras, recordava ao começar o Ano Eucarístico um dever de sempre: "torna-se necessário cultivar, tanto na celebração da Missa como no culto eucarístico fora dela, *uma consciência viva da presença real de Cristo*, tendo o cuidado de testemunhá-la com o tom da voz, os gestos, os movimentos, o comportamento em seu todo. A tal respeito, as normas recordam — como ainda recentemente tive ocasião de reafirmá-lo (15) — o relevo que deve ser dado aos momentos de silêncio quer na celebração, quer na adoração eucarística. Numa palavra, é necessário que todo modo de tratar a Eucaristia por parte dos ministros e dos fiéis seja caracterizado por um respeito extremo (16)"[19].

---

[18] G. Silvestri (a cura di), S. Alfonso Maria de Liguori, *Meditazioni per laici e persone consacrate*. Vol. II, LEV (2004), 789-798.

[19] São João Paulo II. Carta Apost. *Mane Nobiscum Domine* n.18. 7 out. 2004. Onde vemos o n.15 entre parênteses, o santo Pontífice se refere à Mensagem *Spiritus et Sponsa*, no XL aniversário da Constituição sobre a Sagrada Liturgia *Sacrosanctum Concilium* (4 de dezembro de 2003), 13: *AAS* 96 (2004), 425. Em seguida, no fim do texto citado, remete para a Cf. Congr. para o Culto Divino e a Disciplina dos Sacramentos, Instr. *Redemptionis sacramentum* sobre algumas coisas que se devem observar e evitar relativamente à Santíssima Eucaristia (25 de março de 2004): Suplemento de *L'Osservatore Romano* (24 de abril de 2004).

Não poderíamos deixar de lembrar que Bento XVI, retomando a reflexão de Romano Guardini sobre o "Espírito da Liturgia", em obra homônima, restituiu à reflexão dos liturgistas e teólogos da Liturgia a atualidade e a profundidade do tema da *ars celebrandi* e do papel da Liturgia na reta transmissão da fé (*lex orandi, lex credendi*). Muito se poderia dizer sobre a importância da obra teológica e magisterial de Bento XVI nesse campo, mas nos levaria fora do campo da reflexão jurídico-canônica a propósito da Santíssima Eucaristia.

C. Eucaristia, Cristo recebido

O direito-dever de receber o sacramento da Eucaristia

O terceiro verbo empregue no can.897 é que na Eucaristia o próprio Cristo nosso Senhor é *sumitur* ou *recebido* (contido, oferecido e recebido). Já consideramos no princípio que todo fiel, se está devidamente preparado (*rite dispositus*), tem o direito — e o dever, segundo o que disse Jesus no discurso sobre o *pão da vida* na sinagoga de Cafarnaum (Jo 6,55) — de receber a Sagrada Eucaristia (cf. câns.213 e 912) pelo menos uma vez por ano (can.920). A norma canônica aqui referida é uma expressão mínima de um direito-dever, que se une ao dever de participar cada domingo ou festa de preceito (dia santo de guarda) na celebração da Santa Missa e à recomendação de receber a Comunhão, se o fiel se encontra em estado de graça por não estar consciente de pecado grave.

É um direito-dever de todos os batizados que, no entanto, tem sido, desde o início da Igreja, regulado pela Autoridade Apostólica. É bem conhecido o que escreve São Paulo à comunidade cristã de Corinto a propósito da digna participação

na Eucaristia: *Todas as vezes, pois, que comerdes este pão e beberdes este cálice, anunciais a morte do Senhor, até que Ele venha. Portanto, todo aquele que comer o pão ou beber o cálice do Senhor indignamente, será réu do corpo e do sangue do Senhor. Examine-se, pois, cada um a si mesmo e, assim, coma desse pão e beba desse cálice: porque aquele que come e bebe não distinguindo o corpo do Senhor, come e bebe a sua própria condenação* (1 Cor 11,26-29).

Esta afirmação do Apóstolo nos introduz já à segunda parte do tema da recepção da Santíssima Eucaristia, ou seja, dos limites postos pelo direito.

Limites ao direito a receber a Santíssima Eucaristia

As duas recentes Assembleias Sinodais sobre a família trouxeram à atualidade o interesse, entre outros, sobre o tema da possível Comunhão a divorciados conviventes em nova união, com ou sem reconhecimento civil. A Exortação Apostólica pós-sinodal *Amoris laetitia*, sem nomear explicitamente o tema, reafirmou a doutrina de São João Paulo II expressa na *Familiaris consortio*, sob a perspectiva da urgência pastoral de "acompanhar, discernir e integrar a fragilidade". Embora não tenha havido mudança de doutrina ou de disciplina canônica nessa matéria, o papa Francisco deu diretrizes pastorais que têm o efeito de evitar acrescentar limitações às que o próprio direito e a doutrina já preveem. A misericórdia, a afabilidade e a proximidade são características da atitude do pastor ao acolher as pessoas em situação objetivamente irregular. O zelo pela disciplina não pode se sobrepor desordenadamente ao zelo pela misericórdia, sem se cair na frieza farisaica que exclui filhos enfermos do seio da Mãe Igreja.

Eis porque, embora esta parte seja menos agradável, por sua evidente conotação negativa, também devemos tratar dos limites que, no exercício do seu poder de jurisdição, a suprema Autoridade eclesiástica pôs à recepção da Sagrada Comunhão. Trataremos sucessivamente dos limites que por razões diversas (de foro interno ou de foro externo: idade, sanções canônicas, etc.) afetam aqueles que realmente têm esse direito: a saber, os batizados na Igreja Católica e os que nela foram recebidos; finalmente, aludirei aos requisitos para que se possa administrar a Eucaristia aos batizados que não estão em plena comunhão com a Igreja Católica.

1) Falta das devidas disposições interiores

Com a Sagrada Comunhão, Cristo vem estabelecer Sua morada em nossa alma (cf. Jo 6,56) e nos torna partícipes de Sua vida divina até o ponto de transformar-nos n'Ele, de chegar a ser uma coisa só com Ele (cf. Jo 18,22). O fiel que deseja recebê-Lo *necessariamente* deve corresponder à tal prova de amor com uma atitude humilde de purificação, de conversão. Por isso, ao requisito "rite dispositi" — estar com as devidas disposições —, estabelecido no direito geral aos sacramentos (cf. CIC, can.843, § 1)[20], o Legislador acrescentou a seguinte norma exortativa, que remete à consciência moral do fiel, em vista da tutela da santidade da Eucaristia: "Quem estiver consciente de pecado grave não celebre Missa nem comungue o Corpo do Senhor, sem fazer previamente a confissão sacramental, a não ser que exista uma razão grave e não tenha oportunidade de se confessar; neste caso, porém, lembre-se de que tem obrigação de fazer um ato de Contrição perfeita,

[20] Cf. CCEO, can.381, § 2.

que inclui o propósito de se confessar quanto antes" (CIC, can. 916)[21]. Acerca dessas circunstâncias excepcionais, é útil recordar que a doutrina moral considera *motivo grave* o perigo de morte ou o de infâmia. Por outro lado, a *contrição perfeita* não seria tal nem produziria, portanto, o perdão dos pecados se fosse excluído ou feito culpavelmente ineficaz o propósito de procurar quanto antes o Sacramento da Penitência.

São João Paulo II, depois de explicar por que a sagrada Comunhão pressupõe "a vida da graça, por meio da qual nos tornamos 'partícipes da natureza divina' (2 Pd 1,4)", cita o seguinte claro ensinamento de São João Crisóstomo: "Eu também elevo a voz, suplico, rogo e exorto encarecidamente a não tomar parte nesta Sagrada Mesa com a consciência manchada e corrompida. Caso assim se faça, isto nunca poderá chamar-se Comunhão, por mais que toquemos mil vezes o Corpo do Senhor, mas chamar-se-á condenação, tormento e maior castigo"[22].

Depois de uma referência expressa às correspondentes normas dos dois Códigos Canônicos[23] e ao Catecismo da Igreja Católica[24], João Paulo II assim conclui: "Desejo, por conseguinte, reafirmar que vigora ainda e sempre há de vigorar na Igreja a norma do Concílio de Trento que concretiza a severa advertência do apóstolo Paulo, ao afirmar que, para uma digna recepção da Eucaristia, 'se deve fazer antes a confissão dos pecados, quando alguém está consciente de pecado mortal'"[25].

---

[21] Cf. CCEO, can.711; Exort. apost. *Reconciliatio et Poenitentia*. 2 dez. 1984. n.27.

[22] *Homilias sobre Isaías* 6,3: *PG* 56,139.

[23] CIC, can.916; CCEO, can.711.

[24] N.1385.

[25] Encíclica *Ecclesia de Eucharistia*, n.36: Em nota se cita: *Discurso aos membros da Sagrada Penitenciaria Apostólica e aos padres penitenciários das Basílicas Patriarcais de Roma* (30 de janeiro de 1981): *AAS* 73 (1981), 203; cf. Conc. Ecum. de Trento, Sess. XIII, *Decretum de ss. Eucharistia*, cap.7 e can.11: *DS* 1647, 1661.

Por desgraça, e sem dúvida por uma escassa preparação catequética que eduque as consciências sobre a presença real de Cristo nas espécies eucarísticas e sobre as necessárias disposições da alma para recebê-Lo, não faltam frequentes abusos nesta delicada matéria. Os senhores sabem que, inclusive em nações de sólida tradição cristã, como era o caso da Espanha, os bispos tiveram de pronunciar-se assim: *queremos chamar a atenção daqueles fiéis cristãos que não veem inconveniente em comungar com relativa frequência e, no entanto, não costumam recorrer ao sacramento da Penitência... a Igreja é consciente de que a Eucaristia é sacrifício de reconciliação e louvor. Sem embargo, um sacramento não pode substituir o outro*[26].

É necessário, ademais, incluir dentro desta epígrafe sobre as necessárias disposições para receber a Sagrada Comunhão a norma sobre o **jejum eucarístico**, notavelmente mitigada em relação à disciplina precedente[27]. O can.919, § 1, exige que o fiel *abstenha-se, pelo espaço de uma hora antes da Sagrada Comunhão, de qualquer comida ou bebida, exceto de água ou remédios*. O cômputo de uma hora refere-se não ao começo da Missa, mas ao momento de comungar. Quanto ao sacerdote que tenha necessidade de binar ou de trinar, *pode tomar alguma coisa, antes da segunda ou terceira celebração, mesmo que não medeie o espaço de uma hora* (can.919, § 2).

---

[26] Conferência Episcopal Espanhola. Instrução "La Eucaristía alimento del Pueblo peregrino", de 4 de março de 1999.

[27] Cf. CIC 17, câns. 808 e 858. Esta norma já havia sido mitigada por atos pontifícios anteriores ao CIC 83: cf. Pio XII, Const. Apost. *Christus Dominus*, do 6 de janeiro de 1953, com relativa "Instrução" aplicativa; Pio XII, Motu pr. *Sacram Communionem*, do 19 de março de 1957 e Paulo VI, *Rescriptum*, de 21 de novembro de 1964.

Não há, por outro lado, restrições legais nesta matéria para *as pessoas de idade provecta e as que padecem de alguma doença*, e igualmente no tocante a *quem as trata* (can.19, § 3). Contudo, é aconselhável, como é lógico, que estes fiéis se preparem para a recepção do Santíssimo Sacramento com um certo tempo de recolhimento e oração.

2) Exclusão da Comunhão por razão de idade ou de enfermidade

Alude-se aqui a três casos: ao caso dos meninos antes do suficiente desenvolvimento mental, ao dos adolescentes e maiores com demência ou amência — hoje se costuma usar eufemismos como *diversamente hábeis* ou *portadores de deficiência* — e ao dos adultos portadores de enfermidades mentais que privam do uso de razão.

Como se sabe, no âmbito do ordenamento latino, para se administrar a primeira Comunhão às crianças, se requerem duas condições: que tenham *suficiente conhecimento* e que tenham recebido uma *preparação cuidadosa* (CIC, can.913, § 1). Esta norma não estabelece uma idade determinada, porém, em base ao can.97, § 2, se considera que, completados os 7 anos, se presume que o menor tenha o uso da razão. Assim o recorda o "Diretório Catequético Geral"[28], que determina também como se há de formar a consciência das crianças *de forma que possam aperceber-se, segundo a sua capacidade, do mistério de Cristo e receber o Corpo do Senhor com fé e devoção* (CIC 913, § 1), sem prejuízo da norma de que, em perigo de morte, basta que a criança seja capaz *de*

[28] [A idade] "tanto para a confissão como para a comunhão é aquela na qual a criança começa a usar da razão, isto é, ao redor dos sete anos, mais ou menos" (*Addendum* 1: *AAS* 64 [1972] 173).

discernir o Corpo de Cristo do alimento comum e comungar com reverência (CIC 913, § 2).

Pessoalmente, penso que este mesmo critério, da posse do *uso de razão* e do *suficiente conhecimento* da Eucaristia, é aplicável ao caso da administração do Pão da vida aos deficientes e subnormais de qualquer idade. Não se deve esquecer que a pessoa subnormal ou portadora de deficiência é um sujeito plenamente humano, com os correlativos direitos inatos, sagrados e invioláveis, cujo exercício se deve favorecer, tanto na sociedade civil como na Igreja, na medida de suas possibilidades[29].

O uso de razão é um elemento essencial da capacidade jurídica. E posto que o Direito Canônico exige um "suficiente uso de razão" (CIC, can.11) para a obrigação de obedecer às leis eclesiásticas, é lógico que também para o exercício dos direitos, e concretamente do direito à Sagrada Eucaristia, basta que o batizado deficiente ou subnormal tenha um uso de razão que, mesmo sendo certamente limitado, se possa considerar "suficiente".

É diferente o caso dos enfermos mentais privados habitualmente do uso de razão, dos quais se ocupa o can.99. Estas pessoas, que carecem por completo de lucidez mental, se equiparam aos infantes, estão submetidas à tutela e são isentas de leis meramente eclesiásticas, inclusive em eventuais momentos ou intervalos de lucidez. No entanto — mesmo estando isentas da obrigação de receber o Sacramento —, creio que, em atenção ao particular amor de Cristo pelos enfermos, se tiverem momentos de lucidez mental e o mínimo conhecimento requerido para as crianças em perigo de morte (cf. CIC, can.913, § 2), se lhes poderia conceder que recebam também eles o Pão da vida eterna.

---

[29] Secretaria de Estado. *Aos que se dedicam ao serviço das pessoas deficientes*. 4 mar. 1981: EV 7/1143.

3) Denegação da sagrada Eucaristia (CIC, can.915)

Certamente, as diversas hipóteses contidas nesta lei proibitiva são as que têm provocado mais enfrentamentos e contestações doutrinais (tanto teológicas quanto canônicas), tensões pastorais. Isso tem exigido da parte da Santa Sé frequentes intervenções no intuito de esclarecer e precisar tudo o que esteja na raiz de dúvidas ou de eventuais abusos. Referir-me-ei sobretudo a estas sem fazer referência explícita às opiniões dos autores privados que as motivaram.

Como é bem sabido, o can.915[30] estabelece que: *Não sejam admitidos à sagrada comunhão os excomungados e os interditos, depois da aplicação ou declaração da pena, e outros que obstinadamente perseverem em pecado grave manifesto.*

Estando os excomungados e os sancionados com interdito em situação, respectivamente, de ruptura ou de grave lesão da Comunhão eclesiástica (cf. CIC, câns. 1331-1332), é óbvio que não podem ser admitidos à Eucaristia, Sacramento que *pressupõe*, *consolida* e *expressa* em grau eminente os vínculos de comunhão *quer na dimensão invisível que em Cristo, pela ação do Espírito Santo, nos une ao Pai e entre nós, quer na dimensão visível que implica a comunhão com a doutrina dos Apóstolos, os sacramentos e a ordem hierárquica*[31].

Para evitar o perigo de difamação, se se negar publicamente a Comunhão quando estas censuras ainda não são conhecidas no foro externo, o cânon precisa delicadamente que se há de tratar de penas já *impostas*, no caso da excomunhão ou do interdito *ferendae sententiae*, ou, se se trata de penas *latae sententiae*, bem depois que a pena tiver sido *declarada*.

[30] Cf. CCEO, can.712.

[31] Encíclica *Ecclesia de Eucharistia*. n.35.

Em todo caso, cessar ou não a denegação de receber a Eucaristia depende do mesmo fiel, posto que a pena deve ser remitida a quem tiver cessado da própria contumácia (cf. CIC, can.1358, § 1).

A terceira hipótese enunciada no cânon —, isto é, "os que obstinadamente perseverarem em pecado grave manifesto" — é, como bem se sabe, o que tem provocado mais comentários contrapostos e até mesmo polêmicos, sobretudo por quem, com uma interpretação redutiva e meramente positivista da norma, tem pretendido contrapô-la à doutrina do Magistério. Observe-se, no entanto, que a norma é bem clara na determinação dos três requisitos para que o ministro do Sacramento negue a Comunhão:

- que se trate de *pecado grave*,
- que seja pecado *manifesto* no foro externo — não oculto —, e
- que o fiel *persevere obstinadamente* nesse estado.

Entre os que se encontram nesta situação irregular, estão incluídos:

a) as chamadas "uniões livres";
b) os que contraem só matrimônio civil e
c) os divorciados que voltam a se casar civilmente.

Vejamo-las uma a uma.

a) *As chamadas uniões livres ou uniões de fato*

É crescente em alguns países o número dos que *convivem "more uxorio"*, em uniões livres, de forma publicamente conhecida, com ou sem nenhum tipo de reconhecimento civil. Como podem ser muito variadas as causas que têm levado a essa situação irregular, a atitude pastoral de aproximação,

ajuda e educação moral dessas pessoas exigirá dos pastores modos e matizes diferentes, para ajudá-los com paciente caridade a regularizar essa situação e poder receber a Eucaristia.

Já em 1981, na Exortação pós-sinodal *Familiaris consortio*[32], São João Paulo II advertia que esse tipo de união — hoje reconhecida por não poucas legislações civis —, em geral resulta em graves problemas sociais (erosão do conceito de matrimônio e de família, atenuação do sentido de fidelidade, possíveis traumas psicológicos nos filhos etc.) e tem para os fiéis cristãos gravíssimas consequências religiosas e morais: perda do sentido religioso do matrimônio, privação da graça do sacramento e grave escândalo. Obviamente, aqueles que perseverarem manifestamente nessa situação externa de pecado grave não poderão, por desgraça, ser admitidos à sagrada Comunhão[33].

b) *Os unidos somente com matrimônio civil*

Trata-se de católicos que, por motivos ideológicos e (ou) práticos, contraem somente matrimônio civil, excluindo ou, pelo menos, diferindo — por causas diversas: inclusive por escassez de clero e ignorância da forma extraordinária do sacramento — o matrimônio religioso. Em qualquer caso, a ação pastoral deve orientar-se a convencer e a ajudar essas

[32] *AAS* 73 (1981), 81-191. Cf. sobretudo os nº 80 e 81. No mesmo sentido, se pronunciaram os documentos sobre pastoral familiar elaborados por Conferências episcopais: cf., por exemplo, Conferência Episcopal Italiana, *Direttorio di pastorale familiare*. Roma, 1983. p.185.

[33] Não se exclui, porém, que em determinadas situações, se os interessados não podem ainda — contra a sua vontade — regularizar a situação, e se comprometeram a não viver *more uxorio*, se lhes possa administrar a Comunhão privadamente, evitando, assim, o possível escândalo. Mesmo nas situações em que este propósito pode ser vivido com percalços e dificuldades, é preciso discernir segundo os critérios apresentados pela *Amoris laetitia*, no capítulo VIII.

pessoas a regularizar a sua situação de modo que se harmonize com a sua fé e a moral cristã. A Exortação *Familiaris consortio* recorda que: "Tratando-as embora com muita caridade, e interessando-as na vida das respectivas comunidades, os pastores da Igreja não poderão infelizmente admiti-las aos sacramentos"[34]. Obviamente, tampouco se exclui neste caso — porque não se trata de fiéis que tenham incorrido em pena de excomunhão ou interdito — a possibilidade, caso se comprometam a viver continentes até contrair o matrimônio canônico, de admiti-los privadamente à sagrada Comunhão, se *rite dispositi* e *remoto scandalo*.

c) *Os divorciados que se casam civilmente.*

A Igreja, contudo, reafirma a sua práxis, fundada na Sagrada Escritura, de não admitir à comunhão eucarística os divorciados que contraíram nova união. Não podem ser admitidos, do momento em que o seu estado e condições de vida contradizem objetivamente aquela união de amor entre Cristo e a Igreja, significada e atuada na Eucaristia. Há, além disso, um outro peculiar motivo pastoral: se se admitissem estas pessoas à Eucaristia, os fiéis seriam induzidos em erro e confusão acerca da doutrina da Igreja sobre a indissolubilidade do matrimônio[35].

---

[34] *Familiaris consortio* n.82.

[35] Ibidem. n.84. Cf. também a Exortação apostólica *Reconciliatio et Poenitentia*. n.34. O "Catecismo da Igreja Católica" reafirma: "Se os divorciados se casam civilmente, ficam numa situação objetivamente contrária à lei de Deus. Por isso, não podem aproximar-se da comunhão eucarística, enquanto persistir tal situação. Pelo mesmo motivo, ficam impedidos de exercer certas responsabilidades eclesiais. A reconciliação, por meio do sacramento da Penitência, só pode ser dada àqueles que se arrependerem de ter violado o sinal da Aliança e da fidelidade a Cristo e se comprometerem a viver em continência completa" (n.1650).

Não obstante esta clara reafirmação da doutrina continuamente ensinada pela Igreja em relação a esses casos dolorosos, têm havido, especialmente nos últimos decênios, desvios pastorais — favorecidos pelas teorias equívocas de alguns teólogos e canonistas —, que motivaram a sucessiva intervenção da Congregação para a Doutrina da Fé e do Conselho Pontifício para os Textos Legislativos.

O primeiro destes dois Dicastérios enviou no dia 14 de setembro de 1994 uma Carta a todos os Bispos da Igreja Católica[36], advertindo-os sobre o erro de algumas soluções pastorais — aparentemente justas e benévolas —, segundo as quais, salvo o princípio geral da não admissão à recepção da Eucaristia dos divorciados que se tiverem voltado a casar, em alguns casos eles poderiam ser admitidos à Comunhão; concretamente, quando os interessados estivessem convencidos em consciência de que o matrimônio anterior, irreparavelmente fracassado, nunca fora válido.

Sobre a base de que o matrimônio cristão não é um mero ato privado, mas uma realidade sacramental e pública, a supracitada Carta precisa: *A convicção errada de poder um divorciado novamente casado receber a comunhão eucarística pressupõe normalmente que se atribui à consciência pessoal o poder de decidir, em última instância, com base na própria convicção, sobre a existência ou não do matrimônio anterior e do valor da nova união. Mas tal atribuição é inadmissível. Efetivamente, o matrimônio, enquanto imagem da união esponsal entre Cristo e a sua Igreja, e núcleo de base e fator importante na vida da sociedade civil, constitui essencialmente uma*

[36] Carta *Annus internationalis Familiae*, de 14 de setembro de 1994: *AAS* 86 (1994), 974-979. João Paulo II insistiu nestes esclarecimentos em seu discurso à Rota Romana, de 10 de fevereiro de 1995: *AAS* 87 (1995), 1013-1019.

realidade pública. Certamente é verdade que o juízo sobre as próprias disposições para o acesso à Eucaristia deve ser formulado pela consciência moral adequadamente formada. Mas é igualmente verdade que o consentimento, pelo qual é constituído o matrimônio, não é uma simples decisão privada, visto que cria para cada um dos esposos e para o casal uma situação especificamente eclesial e social. Portanto, o juízo da consciência sobre a própria situação matrimonial não diz respeito apenas a uma relação imediata entre o homem e Deus, como se se pudesse prescindir daquela mediação eclesial, que inclui também as leis canônicas que obrigam em consciência. Não reconhecer este aspecto essencial significaria negar, de fato, que o matrimônio existe como realidade da Igreja, quer dizer, como sacramento[37].

A Carta termina recordando, entre outras coisas, as normas codiciais acerca da força probatória das declarações das partes nos processos matrimoniais: *A disciplina da Igreja, enquanto confirma a competência exclusiva dos tribunais eclesiásticos no exame da validade do matrimônio dos católicos, oferece agora novos caminhos para demonstrar a nulidade do matrimônio precedente, procurando, assim, excluir, quanto possível, qualquer distância entre a verdade verificável no processo e a verdade objetiva conhecida pela reta consciência* (cf. *Código de Direito Canônico*, cân. 1536, § 2, e 1679, e *Código dos Cânones das Igrejas Orientais*, cân. 1217, § 2, e 1365)[38].

Por sua vez, a intervenção do Conselho Pontifício para os Textos Legislativos, feita em forma de "Declaração", publicada em 24 de junho de 2000, obedeceu ao fato de que, contradizendo a estes pronunciamentos doutrinais, alguns

[37] Carta *Annus internationalis Familiae*. n.7-8.
[38] Ibidem. n.9.

canonistas negavam que a expressão "os que obstinadamente persistam em um manifesto pecado grave" pudesse ser aplicada aos divorciados que tenham voltado a se casar civilmente. Segundo estes autores, posto que o cânon fala de "pecado grave", é necessário que se deem todas as condições requeridas para a existência do pecado mortal, também as *subjetivas*, que, contudo, não podem ser julgadas *ab externo* pelo ministro da Comunhão; ademais, se requereria uma prévia admoestação para que se pudesse perseverar "obstinadamente" no pecado.

A Declaração do Conselho Pontifício, concordada com a Congregação para a Doutrina da Fé e a Congregação para o Culto Divino e a Disciplina dos Sacramentos, depois de explicar como a proibição do cânon deriva da lei divina e por que, no caso da admissão dessas pessoas à Comunhão, o escândalo — ação que move os outros ao mal — diga respeito contemporaneamente ao sacramento da Eucaristia e à indissolubilidade do matrimônio, afirma:

Toda interpretação do can. 915 que se oponha ao seu conteúdo substancial, declarado ininterruptamente pelo Magistério e pela disciplina da Igreja ao longo dos séculos, é claramente errônea. Não se pode confundir o respeito pelas Palavras da lei (cfr. can. 17) com o uso impróprio das mesmas Palavras como instrumento para relativizar ou desvirtuar os preceitos. A fórmula «e os que obstinadamente perseverarem em pecado grave manifesto» é clara e deve ser entendida de modo que não se deforme o seu sentido, tornando a norma inaplicável. As três condições que devem dar-se são: a) o pecado grave, entendido objetivamente, porque o ministro da Comunhão não poderia julgar a imputabilidade subjetiva; b) a obstinada perseverança, que significa a existência de uma situação objetiva de pecado que dura no tempo e à qual a vontade do fiel não

põe fim, sem que haja necessidade de outros requisitos (atitude desafiante, advertência prévia, etc.) para que se verifique a situação em sua fundamental gravidade eclesial; c) o carácter manifesto da situação de pecado grave habitual[39].

Parece-me oportuno notar, a respeito da questão que nos ocupa — de particular relevo pastoral —, quatro afirmações feitas na mencionada Declaração. Esta precisa que:

1°) "não se encontram em situação de pecado grave habitual os fiéis divorciados recasados que, não podendo por sérias razões — por exemplo, a educação dos filhos — satisfazer a obrigação da separação, 'assumem o compromisso de viver em perfeita continência, isto é, de abster-se dos atos próprios dos cônjuges' (*Familiaris consortio*, n.84), e que sobre a base desse propósito tiverem recebido o sacramento da Penitência. Todavia, porque o fato de que tais fiéis não vivem *more uxorio* é de per si oculto, ao passo que a sua condição de divorciados que tornaram a se casar é de per si manifesta, só poderão ter acesso à Comunhão eucarística *remoto scandalo*."

2°) "a prudência pastoral aconselha vivamente que se evite chegar à pública denegação da sagrada Comunhão. Os Pastores devem cuidar de explicar aos fiéis interessados o verdadeiro sentido eclesial da norma, de modo que possam compreendê-la ou ao menos respeitá-la. Porém, quando se apresentem

[39] *Communicationes*, 32 (2000), 160-161. É óbvio que, se somente o sacerdote conhecesse esta situação de pecado, e o fiel se aproximasse para comungar, ele deveria dar-lhe a Comunhão para não difamá-lo ante a comunidade, sem prejuízo da obrigação pastoral de admoestá-lo depois em privado para que harmonize o seu proceder à doutrina da Igreja.

situações nas quais essas precauções não tenham surtido efeito ou não tenham sido possíveis, o ministro da distribuição da Comunhão deve negar-se a dá-la a quem for publicamente indigno. Fá-lo-á com extrema caridade e tratará de explicar no momento oportuno as razões que o obrigaram a fazê-lo."

3º) "O discernimento dos casos de exclusão da Comunhão eucarística dos fiéis que se encontrarem na situação descrita concerne ao Sacerdote responsável pela comunidade. Este dará precisas instruções ao diácono ou ao eventual ministro extraordinário acerca do modo de comportar-se nas situações concretas."

4º) "A Igreja reafirma a sua solicitude materna pelos fiéis que se encontram nesta situação ou em outras análogas, que impedem a sua admissão à mesa eucarística. Quanto se expôs nesta Declaração não está em contradição com o grande desejo de favorecer a participação desses filhos na vida eclesial, que se pode já expressar de muitas formas compatíveis com a sua situação."

Nesse sentido, o ensino do papa Francisco na Exortação Apostólica pós-sinodal *Amoris laetitia* não indica inovação na abordagem teológico-pastoral. Ele coloca a situação dos matrimônios falidos no contexto mais abrangente da pastoral familiar entendida como abraço materno da Igreja sobre todas as situações familiares. E aqui também é importante situar o que o Santo Padre ensina quanto ao dever de "acompanhar, discernir e integrar" as pessoas atingidas na vida familiar pelas fragilidades humanas, mas também alcançadas pelo amor misericordioso do Senhor.

Não gostaria de terminar esta parte dedicada aos casos em que deve ser negada a sagrada Comunhão sem recordar um princípio teológico que ordinariamente será muito conveniente ensinar aos fiéis interessados. É certo que o modo pleno de participar do Sacrifício eucarístico é a recepção da santa Comunhão. Porém, não se deve esquecer de que a participação na santa Missa tem em si mesma um valor salvífico e constitui uma perfeita forma de oração, independentemente de que se receba ou não a Comunhão. Por isso, também os que não podem recebê-la têm, como todos os demais fiéis, o direito a participar na celebração eucarística e inclusive a obrigação de fazê-lo nos dias de preceito determinados pela Autoridade eclesiástica.

4) Outros limites postos aos fiéis

Aqui entendo referir-me brevemente a duas questões bem diversas, isto é: a) ao número de vezes que se pode receber a Comunhão no mesmo dia e b) à necessária alusão à pertença à Maçonaria:

a) Ante as dúvidas emersas a este propósito, a Autoridade suprema reafirmou a impossibilidade — por respeito e veneração à Eucaristia, cuja recepção não se pode banalizar — de receber a sagrada Comunhão mais de duas vezes ao dia. Com uma Interpretação autêntica, de 11 de julho de 1984, a Comissão Pontifícia competente assim respondeu à pergunta: "Se, a teor do can. 917, o fiel que já recebeu a Santíssima Eucaristia, pode recebê-la no mesmo dia somente uma outra vez ou sempre que participa na celebração eucarística". A res-

posta foi: "*Affirmative* ad primum; *negative* ad secundum".

b) A norma referente à Maçonaria é uma "Declaração" da Congregação para a Doutrina da Fé, com data de 26 de novembro de 1983, na qual, após assegurar que "não mudou o juízo negativo da Igreja acerca das associações maçônicas, porque seus princípios sempre foram considerados inconciliáveis com a doutrina da Igreja" e por isso a afiliação a elas permanece proibida, afirma que: "Os fiéis que pertencem a associações maçônicas se encontram em estado de pecado grave e não podem receber a santa comunhão".

Como se sabe, a menção expressa da maçonaria que se fazia no can.2335 do CIC 17[40] não se considerou necessária no correlativo cânon 1374 do CIC 83, que fala genericamente de inscrição a qualquer associação "que maquina contra a Igreja" e estabelece — seguindo o critério de máxima redução das penas "latae sententiae", especialmente da "excomunhão" — uma pena "ferendae sententiae" indeterminada. A referida declaração não faz alusão explícita a este cânon, embora aluda genericamente às prescrições canônicas. Nela, a autoridade competente em razão de matéria se limita a declarar a existência, no caso específico de pertença a uma associação maçônica, de um "estado de pecado grave" e, por conseguinte, a impossibilidade moral por parte do fiel de receber a Comunhão eucarística (cf. can.916). Obviamente, no caso em que o

[40] "Os que dão seu nome à seita maçônica ou a outras associações do mesmo gênero, que maquinam contra a Igreja ou contra os legítimos poderes civis, incorrem *ipso facto* em excomunhão simplesmente reservada à Sé Apostólica."

fiel persistir *obstinadamente* em situação de "pecado grave" e, além disso, tal situação for *manifesta*, o ministro não poderá admiti-lo à santa Comunhão (cf. can.915).

5) A Sagrada Eucaristia e os batizados não católicos

"Quando se considera a Eucaristia como sacramento da comunhão eclesial, há um tema que, por sua importância, não pode ser transcurado: refiro-me à sua *relação com o empenho ecumênico*"[41]. São João Paulo II era bem consciente de que a aspiração à meta do restabelecimento da unidade dos cristãos — aspiração comum a nós e a nossos irmãos de outras Igrejas e Comunidades eclesiais — levou a felizes iniciativas de encontro fraterno e de diálogo sereno, mas não faltam, às vezes por parte de alguns, também abusos, que, mais do que favorecer, obscurecem o caminho do verdadeiro compromisso ecumênico.

Por isso, e citando expressamente as relativas normas dos dois Códigos e dos competentes Dicastérios da Santa Sé[42], o Papa recorda aos sacerdotes que: "Precisamente porque a unidade da Igreja, que a Eucaristia realiza por meio do sacrifício e da comunhão do corpo e sangue do Senhor, comporta a exigência imprescindível duma completa comunhão nos laços da profissão de fé, dos sacramentos e do governo eclesiástico, não é possível concelebrar a liturgia eucarística enquanto não for restabelecida a integridade de tais laços"[43].

---

[41] Encíclica *Ecclesia de Eucharistia*. n.43.

[42] Cf. *Código de Direito Canônico*, can.908; *Código dos Cânones das Igrejas Orientais*, can.702; Conselho Pontifício para a Promoção da Unidade dos Cristãos, *Diretório para o ecumenismo* (25 de março de 1993), 122-125, 129-131: *AAS* 85 (1993), 1086-1089; Congregação para a Doutrina da Fé, Carta *Ad exsequendam* (18 de maio de 2001): *AAS* 93 (2001), 786.

[43] Encíclica *Ecclesia de Eucharistia*. n.44.

Porém, se por um lado a concelebração não é possível quando falta a plena Comunhão, por outro lado é, sim, possível em alguns casos a administração da Eucaristia — o que não significa *intercomunhão* — àqueles que não estão em perfeita comunhão com a Igreja Católica. Trata-se, contudo, de circunstâncias especiais, ante a impossibilidade de aceder ao ministro próprio para satisfazer uma grave necessidade espiritual e sempre que estes fiéis de outras Igrejas e Comunidades eclesiais professem a fé católica em relação à Eucaristia — ou, no caso, da Penitência e da Unção dos enfermos — e estejam bem-dispostos.

Também com relação a estes casos especiais, e para corrigir e prevenir abusos — entre eles a chamada "acolhida eucarística" (administração indiscriminada da sagrada Comunhão a batizados acatólicos na celebração de matrimônios mistos, encontros ecumênicos etc.) —, o mesmo João Paulo II, depois de recordar as relativas normas do Vaticano II e do novo *Corpus Iuris Canonici*, advertiu na mesma Encíclica *Ecclesia de Eucharistia*: *É preciso reparar bem nestas condições (limites fixados pela legítima Autoridade), que são imprescindíveis, mesmo se tratando de determinados casos particulares, porque a rejeição duma ou mais verdades de fé relativas a estes sacramentos, contando-se entre elas a necessidade do sacerdócio ministerial para serem válidos, deixa o requerente impreparado para uma legítima recepção destes*[44]. Como se sabe, a transgressão desta norma configura um delito que, a teor do can. 1365, deve ser punido com uma pena justa. E, vice-versa, tampouco um fiel católico poderá receber a Comunhão em uma comunidade onde falte o sacramento da Ordem.

[44] Ibidem. n.46.

CONCLUSÃO

Anos antes que, seguindo a constante tradição da Igreja, o Concílio Vaticano II qualificasse o augusto Sacramento da Eucaristia como "fonte e cume da vida cristã"[45], um conhecido santo espanhol, São Josemaría Escrivá, dedicava uma de suas mais conhecidas homilias a este mistério de amor que ele qualificou como "centro e raiz da vida espiritual do cristão"[46]. Recordo bem os inúmeros relatos do Cardeal Julián Herranz, com quem trabalhei por quase vinte anos, de episódios que punham de manifesto a piedade profundamente doutrinal, bem como a amorosa ternura e delicadeza de sua intensa vida eucarística. O Espírito Santo o levou sempre a descobrir nela, simultaneamente, o místico manancial de sua vida contemplativa e o amoroso impulso de sua prodigiosa vibração apostólica. O mesmo Cardeal me contou repetidas vezes que o vira sofrer muito, muitíssimo — em uma tremenda dor de amor —, quando via que a Eucaristia era maltratada — que era novamente maltratado Cristo —, não só por abusos e improvisações anárquicas na celebração do Santo Sacrifício, senão também pela administração ou a recepção da sagrada Comunhão sem as devidas disposições exigidas pela doutrina moral e pelas leis da Igreja.

Este mesmo espírito de alma enamorada de Cristo perpassa a belíssima Encíclica de São João Paulo II *Ecclesia de Eucharistia*. Por isso, me parece que o melhor modo de terminar estas modestas considerações é citando uma passagem da Encíclica que diz assim:

---

[45] Cost. dogm. *Lumen gentium*. n.11.

[46] Josemaría Escrivá. A Eucaristia, *mistério de amor*. In: É Cristo que passa. n.87.

A Igreja estabeleceu normas que visam promover o acesso frequente e frutuoso dos fiéis à mesa eucarística e simultaneamente determinar as condições objetivas nas quais se deve abster de administrar a comunhão. O cuidado com que se favorece a sua fiel observância torna-se uma expressão efetiva de amor à Eucaristia e à Igreja[47].

Ao encerrar minha participação neste Simpósio Teológico realizado no XVII Congresso Eucarístico em Belém, suplico à Virgem Maria que envie mais operários à messe do Senhor aqui na Amazônia. O amor dos cristãos da Amazônia à Eucaristia, mesmo na carência de sacerdotes que atendam a todas as necessidades, fará com que reconheçamos o Senhor no partir do Pão, tanto na celebração em ato como no desejo que nos leva à profundidade da comunhão espiritual.

✠

[47] Encíclica *Ecclesia de Eucharistia*. n.42.